

AS “MULHERES DE CONFORTO” EM *HERDEIRAS DO MAR* (2020): UMA REFLEXÃO SOBRE GÊNERO, CLASSE E ETNIA¹

The “Comfort women” in *White Chrysanthemum* (2018): a reflection on gender, class and ethnicity

Nycole Dafne de Araújo Batista²

Orientador: Prof. Dr. Yuri Jivago Amorim Caribé³

RESUMO

A literatura propõe uma representação social e histórica de uma realidade que ela às vezes confirma, noutras nega, ora propõe, ora denuncia, às vezes apoia e outra hora combate. Através de diversos formatos linguísticos e imagéticos, a literatura inclui emoções e visões de mundo, registrando e interpretando o presente, reconstruindo o passado e inventando o futuro. A partir disso, o presente trabalho propõe uma análise das categorias de gênero, classe e etnia presentes no caso das “mulheres de conforto”, tema abordado no romance *Herdeiras do Mar* (2020), através das teorias decoloniais. A pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico, tendo como principais teóricos os autores Aníbal Quijano (2008; 2010) e María Lugones (2007; 2014); Ariel Parrilha (2022), Julia Okamoto (2013) e Tatiana Azenha (2018); Borges (2010) e Rosani Umbach (2010); e por fim Almeida (2011) e Prates e Lopes (2020). A partir das análises realizadas, podemos concluir que as categorias de gênero, classe e etnia se fazem presentes no caso das “mulheres de conforto” no romance literário *Herdeiras do Mar* (2020), justificando, assim, a condição de escravidão sexual imposta a estas mulheres. Além disso, pensando no contexto de ocorrência e nos desdobramentos que ocorrem até a atualidade, sugerimos utilizar o romance em aulas de literatura da Educação Básica como uma forma de abordar temáticas sensíveis e que estão presentes na realidade brasileira.

Palavras-chave: Mulheres de conforto; *Herdeiras do Mar*; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

Literature proposes a social and historical representation of a reality that it sometimes confirms, sometimes denies, sometimes proposes, sometimes denounces, sometimes supports and sometimes combats. Through various linguistic and imagery formats, literature includes emotions and worldviews, recording and interpreting the present, reconstructing the past and inventing the future. Based on this, this work proposes an analysis of the categories of gender, class and ethnicity present in the case of "comfort women", a theme addressed in the novel *White Chrysanthemum* (2018), through some Decolonial Theories. The research is qualitative and bibliographical, with the main theorists being the authors Aníbal Quijano (2008; 2010) and María Lugones (2007; 2014); Ariel Parrilha (2022), Julia

¹ Pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso II na Universidade Federal de Pernambuco.

² Graduanda em Licenciatura em Letras Português (licenciatura) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Okamoto (2013) and Tatiana Azenha (2018); Borges (2010) and Rosani Umbach (2010); and finally Almeida (2011) and Prates and Lopes (2020). Based on the analyses, we conclude that the categories of gender, class and ethnicity are present in the case of the “comfort women” in the literary novel *White Chrysanthemum* (2018), thus justifying the condition of sexual slavery imposed on these women. Furthermore, considering the context in which it occurred and the developments that have occurred to this day, we suggest using that novel in literature classes from high school in Brazil as a way of addressing sensitive topics that are present in the Brazilian reality.

Key-words: Comfort women; White Chrysanthemum; Gender Studies.

1. INTRODUÇÃO

O texto literário constitui um local de saber experienciado pela humanidade, que o ressignifica através da linguagem. Por meio dele, conhecemos novos espaços que nos convidam a refletir sobre o presente, o passado e o futuro, questionando modelos e arranjos sociais pré-estabelecidos. Para Borges (2010, p. 98), a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha de uma época, pois é um produto sociocultural, um fato estético e social. Logo, a literatura pode ser compreendida como um registro das múltiplas experiências sociais, presente em determinado tempo e espaço, permitindo-nos pensar como o texto literário, por meio de sua estética, estilo e linguagem, evidencia as práticas sociais que o permeiam, criando e recriando uma realidade, reorganizando o mundo e refletindo sobre este mesmo mundo que nos cerca. A literatura, conforme Candido (2011) também expressou, transcende o entretenimento ou mero prazer estético e se constitui como um direito humano. Dessa forma, ela faz-se necessária pois nos coloca em contato com o que há de mais humano: a capacidade de imaginar, questionar e reorganizar o mundo, oferecendo a oportunidade de experimentar outras perspectivas e realidades distintas, permitindo, também, a visibilidade de indivíduos e grupos marginalizados e lhes dando o direito de manifestar suas experiências e impressões.

Pensando no papel social que a literatura exerce, o presente trabalho se propôs a discutir a questão das “mulheres de conforto” – mulheres provenientes das colônias japonesas, especialmente as vindas da Coreia, submetidas à escravidão sexual pelo exército japonês –, com base no romance *White Chrysanthemum*

(2018), da autora estadunidense Mary Lynn Bracht⁴. Partimos de uma discussão sobre gênero, também atrelada às ideias de classe social e etnia presentes na teoria de colonialidade do poder apresentadas especialmente nos debates teóricos de Aníbal Quijano (2008; 2010) e na teoria feminista de decolonialidade apresentada por María Lugones (2007; 2014). Também utilizamos como aporte teórico os seguintes autores: Ariel Parrilha (2022), David Castro Netto e Eduardo Farias (2022), Julia Okamoto (2013), Sun Young Nam (2018), Tatiana Azenha (2018), que serviram de base histórica para traçar paralelos entre a história real e a ficção de Bracht; Antonio Candido (2004), Borges (2010), Rosani Umbach (2010), que debateram sobre a literatura e a sua importância enquanto instrumento de ressignificação da linguagem e testemunha de uma época; e, por fim, Jane Almeida (2011), Nogueira et al (2008), Prates e Lopes (2020), que discutiram como o gênero, a classe e a etnia perpassam a sociedade e a educação. Para a realização das análises, utilizamos a versão traduzida por Júlia de Souza em língua portuguesa e intitulada *Herdeiras do Mar* (2020). Em seguida, apresentamos a importância da possibilidade de um debate incluindo recortes dessa obra literária em aulas de Literatura no ensino médio para debater questões referentes ao gênero, à classe e à etnia.

No que diz respeito à construção metodológica da presente pesquisa, ela caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, e segue quatro etapas. A primeira é formada por uma breve contextualização histórica sobre o período colonial coreano, com o objetivo de compreender o contexto de ocorrência do caso das “mulheres de conforto”. A segunda etapa consiste em uma breve análise de alguns recortes da obra *Herdeiras do Mar* (2020) para que possa ser feito um paralelo entre a ficção e a realidade. Para as análises, utilizamos passagens relacionadas a uma das personagens principais, Hana, que foi submetida à condição de “mulher de conforto”, e de outros trechos da narrativa que serviram para agregar contextualização histórica, juntamente com os estudos sobre o caso das “mulheres de conforto” dos autores citados anteriormente. A terceira, apresenta-se como uma discussão sobre o caso das “mulheres de conforto” a partir dos estudos decoloniais.

⁴ Mary Lynn Bracht é uma escritora de ascendência coreana que nasceu na Alemanha e foi criada nos Estados Unidos. Estudou Antropologia e Psicologia na Universidade do Texas e obteve título de mestre em Escrita Criativa. Em 2002, conheceu o vilarejo de infância de sua mãe e também as “mulheres de conforto”, acontecimento que deu origem ao seu primeiro romance de estreia *White Chrysanthemum* (2018), traduzido em língua portuguesa como *Herdeiras do Mar* (2020) pela editora Paralela.

Por fim, refletimos sobre a importância de apresentar o romance como uma ferramenta para discutir gênero, classe e etnia, considerando a influência dessas três categorias na formação e funcionalidade da sociedade brasileira.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A COREIA COLONIAL

A Coreia foi anexada como colônia japonesa no ano de 1910 após intensas disputas para tentar assumir o controle da península coreana, que era fortemente influenciada pela China. Percebendo a posição geoestratégica que a península coreana ocupava, apresentando boas rotas marítimas comerciais e diplomáticas, o Japão foi apresentando crescente interesse pela região, envolvendo-se em conflitos para tentar assumir o controle dela, conforme Azenha (2017).

O primeiro conflito direto ocorreu entre China e Japão, no período de 1894 a 1895, que culminou na vitória japonesa e no Tratado de Shimonoseki, em que a China, além de ceder territórios ao Japão, reconheceu a soberania coreana – esta seria a porta de entrada para que o governo japonês começasse a exercer influência no país. O segundo e decisivo conflito ocorreu nos anos 1904 e 1905 entre Japão e Rússia, culminando também na vitória japonesa. Após o conflito, a Rússia reconheceu os interesses políticos, econômicos e militares do Japão sobre a Coreia.

Em seguida aos episódios mencionados, o Imperador coreano assina um Tratado de Protetorado Japão-Coreia, conhecido como Tratado de Eulsa. Por meio da assinatura do Tratado de Eulsa entre os dois países, o Japão adotou medidas para “guiar, proteger e controlar a Coreia, afastou o Imperador coreano e transferiu os direitos diplomáticos coreanos para o Japão” (Azenha, 2017, p. 20). Assim, o Japão poderia cumprir o objetivo expansionista de levar sua influência, bem como dominar outras partes do continente asiático. Uma das formas de atingir seu objetivo foi por meio da adoção de medidas assimilacionistas – alteração da estrutura social, anteriormente baseada nas ideologias neo-confucionistas⁵; proibição do vestuário tradicional coreano; alteração dos nomes coreanos para nomes japoneses;

⁵ Até o período da ocupação japonesa, a sociedade coreana era regida através dos princípios neo-confucionistas introduzidos durante a Dinastia Yi. Na ideologia confuciana, o homem assume o poder e a hierarquia na sociedade, enquanto a mulher ocuparia um lugar de subordinação em relação ao homem a partir da regra dos Três Laços: o poder patriarcal sobre as mulheres é refletido no conjunto de três tipos de relações: soberano-subordinado, pai-filho e marido-mulher (Maxwell *apud* Azenha, 2017, p. 13); dessa forma, a educação da mulher tradicional seria baseada nos princípios de reverência filial (*hyo*), lealdade política (*chung*) e conduta virtuosa (*ye*).

imposição de uma nova religião; reconhecimento da figura do Imperador japonês como autoridade máxima; dentre outras – que tinham como principal objetivo promover um apagamento da identidade do povo coreano e reafirmar a figura de submissão a qual estava sendo imposta. Como bem apresentado por Parrilha (2022, p. 62), “a política assimilacionista aplicada pela metrópole tentou substituir a cultura coreana pela japonesa, de modo que o idioma da população, os nomes, a religião e a história foram substituídos por versões japonesas”. A partir disso, podemos concluir que o controle econômico, juntamente com a implementação de políticas assimilacionistas se configuraram como pontos importantes para o projeto de segurança e expansão geoestratégica militar do Japão, que tinha como objetivo obter reconhecimento de outros países enquanto se estabelecia como grande potência (Azenha, 2017).

2.1 O SURGIMENTO DO SISTEMA DE CONFORTO E DAS “MULHERES DE CONFORTO”

O “Sistema de Conforto” pode ser compreendido como um grupo de instalações de bordéis militares ao longo dos territórios anexados pelo Japão, em que mulheres das colônias, sobretudo coreanas, eram levadas a esses lugares para servir como “mulher de conforto”⁶, em outras palavras, como escravas sexuais.

As primeiras “Estações de Conforto” surgiram na Manchúria, por volta de 1931, durante a Segunda Guerra Mundial, e eram formadas majoritariamente por mulheres japonesas que acompanhavam os soldados do exército, com o objetivo de motivar/incentivar sexualmente as tropas. Após os eventos brutais e violentos ocorridos na cidade de Nanquim, na China, em que ataques e estupros públicos foram cometidos pelo exército japonês, causando grande revolta internacional, o Japão decide formalizar a difusão e o funcionamento das “Estações de Conforto” (bordéis militares), o que acabou por “legitimar e facilitar a mobilização dos meios e recursos para o recrutamento de mulheres” (Azenha, 2017, p. 23).

⁶ Neste trabalho, utilizamos a nomenclatura “mulher de conforto” entre aspas por entendermos o sentido pejorativo que a palavra carrega. O termo “mulher de conforto” vem da tradução de “Comfort Women” no inglês, denominação essa já derivada dos termos *wuianbu* (coreano) e *ianfu* (japonês). Tal nomenclatura tem como objetivo retirar a responsabilidade do Japão pelo crime de guerra cometido, pois, dado pelo próprio exército japonês, ele servia como uma forma de afirmar que as mulheres escravizadas que serviam nos bordéis foram para lá por livre e espontânea vontade.

O surgimento do Sistema e das “Estações de Conforto” possuía um papel estratégico para o governo japonês. Além de evitar o estupro em massa de mulheres civis, semelhante ao que aconteceu na cidade de Nanquim, e evitar espionagens dentro do exército, ele servia principalmente para controlar infecções sexualmente transmissíveis, garantindo a integralidade e funcionalidade do exército.

Estima-se que entre 100 mil e 200 mil mulheres foram mobilizadas para servir como “mulher de conforto”, sendo forçadas a oferecer serviços sexuais diários. Dessa forma, a emergência desse sistema pode ser explicada pela ideologia patriarcal presente na sociedade japonesa, em que o corpo feminino é considerado propriedade privada do sexo masculino, tornando-se um instrumento sexual para enriquecer e proteger, um meio para conseguir vantagem, servindo ao propósito de dominação.

2.2 AS “MULHERES DE CONFORTO” EM *HERDEIRAS DO MAR* (2020): UM PARALELO ENTRE FICÇÃO E REALIDADE

A trama de *Herdeiras do Mar* (2020) nos apresenta a história de Hana e Emi durante o período da colonização japonesa na península coreana (1910–1945). Tentando proteger sua irmã, responsável atribuída nos momentos em que sua mãe estava ausente, Hana acaba sendo levada à Manchúria por um soldado japonês para servir em uma “estação de conforto” (bordéis militares) construída pelo Estado japonês. A partir desse momento, Hana se torna uma “mulher de conforto”: ela, juntamente com outras tantas mulheres, é forçada a submeter-se à escravidão sexual, vivendo em uma condição desumana nos bordéis militares.

Sempre que a mãe de Hana precisava se ausentar para cumprir suas tarefas como *haenyeo* – mulheres mergulhadoras profissionais da Ilha de Jeju que vivem da pesca de frutos do mar –, ela incumbia a Hana o dever de proteger (e se proteger) sua irmã mais nova Emi e de ficar o mais longe possível dos soldados japoneses.

Hana sabe que proteger sua irmã significa mantê-la afastada dos soldados japoneses. Sua mãe infundiu nela a lição: *Nunca deixe que eles vejam vocês! E, acima de tudo, nunca fique sozinha com um deles!* As palavras de alerta da mãe são cheias de um medo sinistro e, aos dezesseis anos, Hana se sente sortuda por nunca ter passado por isso. Mas tudo muda num dia quente de verão (Bracht, 2020, p. 15).

A partir da fala da mãe de Hana, é possível perceber a aflição e o medo que ela carrega de que sua filha acabe sendo capturada e levada às estações de conforto, representando muitas mães reais que temiam pela segurança de suas filhas. Entretanto, apesar dos cuidados que sempre tomava, Hana é raptada, aos dezesseis anos, em um dia comum, por um soldado do exército chamado Morimoto, e levada a um caminhão com outras várias meninas, sem imaginar o destino terrível que a esperava, destino este vivido por centenas de mulheres, como evidenciado no seguinte trecho:

Os soldados japoneses forçam Hana a entrar na traseira de um caminhão junto com outras quatro garotas. Algumas delas têm marcas no rosto. Elas devem ter resistido. As meninas viajam em silêncio, em choque e com medo. [...] Duas das garotas são alguns anos mais velha que ela, e outra bem mais velha, enquanto a quarta menina é muito mais nova que todas (Bracht, 2020, p. 28).

As “mulheres de conforto” levadas aos bordéis militares eram obtidas, para além do rapto e da coerção física e/ou psicológica, principalmente por meio de falsas promessas de emprego; uma vez levadas, poucas eram as chances de retornar para casa. De acordo com Okamoto (2013), as promessas de emprego funcionavam de maneira efetiva porque a política econômica colonial japonesa havia devastado a agricultura coreana, fazendo com que muitas jovens de famílias pobres precisassem sair de casa em busca de melhores oportunidades para si e para sua família, mesmo que fosse em um país estrangeiro.

Durante o percurso para a estação de conforto, Hana é levada ao *Jeong Sindae*, conhecido como Corpo de Serviço Laboral Voluntário. Chegando lá, a personagem questiona o lugar a qual foram levadas, sendo respondida por uma das meninas que foram levadas ao *Jeong Sindae* para serem recrutadas como voluntárias. O *Jeong Sindae* era o órgão que facilitava e fazia com que as meninas fossem levadas aos bordéis espalhados pelas colônias sob o pretexto de que elas estariam realizando um “trabalho voluntário”, sendo assim, era uma ferramenta que contribuía para legitimar e facilitar a obtenção de mulheres e mobilizá-las para servirem como escravas sexuais dos soldados. Era através desse órgão que muitas mulheres eram enganadas com promessas de emprego e melhorias na condição de vida. As operações realizadas pelo *Jeong Sindae* não apenas institucionalizaram a exploração sexual, como também apresentavam uma forte contradição entre a legalização formal desse sistema e as práticas violentas empregadas no processo

de recrutamento/aquisição. Assim, embora o Japão apresentasse o sistema como um órgão que servia para mobilizar mão de obra, a realidade por trás dele era de sequestros e tráfico de pessoas, obrigando, por fim, as vítimas a se tornarem prisioneiras. Com isso, conclui-se que esse órgão servia como uma ferramenta de opressão para as mulheres capturadas, facilitando a violência e exploração que era legitimada pelo Estado.

Após deixar o *Jeong Sindae*, Hana segue o caminho refletindo sobre os eventos que lhe ocorreram e relembando outros acontecidos na aldeia em que vivia. Um desses eventos diz respeito ao dia em que uma menina que havia desaparecido acaba retornando para casa, mesmo sabendo que “uma vez levadas, as meninas nunca mais voltam para casa. [...] Só os rumores chegam aos lares, rumores que não podem ser compartilhados com as crianças que ficaram” (Bracht, 2020, p. 37). Lembrando desse episódio, ela recorda também quando perguntou a sua mãe o que significava a palavra *estupro*, pois havia escutado essa palavra quando a menina desaparecida havia retornado — disseram que ela havia enlouquecido por causa dos estupros. Agitada, a mãe conta que *estupro* significava quando um homem força uma mulher a se deitar com ele. E prossegue:

[...] Mas o estupro cometido pelos soldados é mais do que um ato isolado. A menina sequestrada foi forçada por muitos, muitos soldados a se deitar com eles. [...] Os japoneses acreditam que isso vai ajudá-los na batalha. Ajudá-los a vencer a guerra. Eles acham que têm o direito de liberar energia e receber prazer mesmo estando tão longe de casa, pois arriscam a vida pelo imperador nas linhas de frente. Acreditam tanto nisso que levam nossas meninas e as despacham a todo canto do mundo com esse objetivo (Bracht, 2020, p. 39).

A partir do excerto do romance, percebemos que a obtenção dessas jovens serviam como uma forma de recompensa pelos esforços de guerra. Quando chegavam aos bordéis, as meninas eram confinadas e forçadas a ter relações sexuais com os soldados sem poder questionar nada. Normalmente, o número diário chegava entre 10 e 30 soldados, e esse número aumentava nos dias que antecediam missões ou eventos específicos, podendo chegar entre 50 e 60 soldados. Além disso, eram submetidas a outras formas de violência, principalmente durante as relações sexuais, como tortura, espancamento, queimaduras e até mesmo esfaqueamento. As meninas que viviam nessas condições desumanas tinham entre 17 e 25 anos, algumas até mais novas, e eram levadas com o objetivo

principal (absurdo) de controlar as infecções sexualmente transmissíveis entre o exército, além de servir como instrumentos apaziguadores dos desejos sexuais para “impedir que os soldados praticassem violência sexual contra as mulheres das regiões dominadas” (Parrilha, 2022, p. 77), semelhante ao que ocorreu na cidade de Nanquim, confirmando a crença de que os corpos femininos eram propriedades do sexo masculino para que utilizassem da forma que quisessem.

Trata-se de uma tentativa clara de controlar a atividade sexual dos soldados, uma vez que o estupro de civis nos locais dominados era proibido sob pena de punição. Fica evidente que as ‘mulheres de conforto’ funcionam como uma forma dos líderes militares permitirem que os soldados pudessem ‘aliviar’ suas necessidades sexuais sem que fosse necessário fazer uso da força para isso. A prática da violência sexual não foi proibida de um modo geral, uma vez que também havia a preocupação de que os soldados pudessem ter uma atuação reduzida durante os combates, devido ao pouco momento de lazer que lhes eram permitidos. Por este motivo, construir um sistema no qual seria possível que os combatentes pudessem manter sua atividade sexual em um ambiente relativamente controlado foi a decisão tomada pelos líderes militares, visando aumentar o desempenho do exército no conflito (Parrilha, 2022, p. 80).

Na ficção de Mary Lynn Bracht, Hana vivencia tais fatos na primeira noite que passa no bordel militar, quando o primeiro soldado chega e ela se recusa às relações, tentando tudo o que pode para se desvencilhar dele. Entretanto, o soldado dá um soco no estômago de Hana, violando-a em seguida. Após o primeiro, muitos outros chegam para repetir os mesmos atos e violências, deixando-a, por fim, com diversos hematomas – um hematoma roxo em volta do olho direito; uma mancha vermelha na bochecha esquerda; o lábio superior cortado e inchado; o pescoço esfolado por estrangulamento. “Quando a procissão de soldados finalmente termina, a noite já caiu. Hana está deitada semiconsciente sobre o colchão manchado de sangue, perdida numa escuridão indescritível” (Bracht, 2022, p. 94). Com base nisso, é possível perceber o valor estratégico que esse sistema e essas mulheres assumiram para o estado japonês. A desumanização, invasão e violência dos corpos dessas meninas e mulheres, inúmeras vezes seguidas, tinham como objetivo integrar um ideal de “bem maior”, o progresso japonês e a expansão do império. Dessa forma, o corpo feminino, nesse contexto, foi utilizado como uma ferramenta de dominação e controle, tanto para atender às necessidades sexuais dos soldados quanto para reforçar uma hierarquia colonial e militar. A violência sexual empregada

serviu não apenas como uma violência individual, mas também como um instrumento que atendia propósitos políticos e ideológicos.

Uma forma de garantir a integridade dos seus soldados, além da captura de mulheres jovens para servirem como escravas sexuais, era através de exames ginecológicos periódicos realizados nas vítimas.

Preciso te examinar. Deite-se, dobre os joelhos e levante o vestido. Preciso examinar sua vagina. [...] Sou obrigado a examinar vocês a cada duas semanas. Preciso checar doenças venéreas, infecções, gravidez, feridas. É para o seu próprio bem. Pela sua saúde e pela saúde dos soldados (Bracht, 2020, p. 121).

Através do excerto, é perceptível que os exames tinham o objetivo de deixá-las saudáveis para que pudessem servir aos soldados sem lhes causar danos, corroborando com a ideia de que a culpa pela aquisição e propagação das doenças e infecções eram das “mulheres de conforto”. Dessa forma, a captura de mulheres jovens reafirma o caráter estratégico desse sistema, pois se concluiu que essas mulheres jovens eram virgens, logo, não haviam tido qualquer tipo de relação sexual prévia e não poderiam transmitir doenças e infecções. De acordo com Parrilha (2020), as “mulheres de conforto” que foram diagnosticadas com algum tipo de doença ou infecção eram submetidas a injeções, que foram responsáveis por torná-las estéreis posteriormente. Além disso, também era recomendado que os próprios soldados fizessem uso de preservativos, entretanto, muitas vítimas sobreviventes revelaram, mais tarde, que a maioria deles recusava-se a usar proteção (Parrilha, 2020), como podemos observar no seguinte trecho do romance:

[...] São os soldados que trazem as doenças para o bordel. Todas as garotas chegaram aqui limpas e inocentes. São os soldados os monstros infectados, a razão pela qual as garotas são submetidas a check-ups médicos humilhantes e recebem injeções de químicos tão pesados que seus braços às vezes incham e ficam dormentes (Bracht, 2020, p.124).

Na tentativa de sobreviver à difícil realidade dos bordéis, muitas mulheres eram “submetidas a injeções de ópio ou alucinógenos com o objetivo de facilitar o seu trabalho” (Azenha, 2017, p. 24), tentando “aliviar” o sofrimento.

Uma das garotas, Hinata, oferece a Hana um chá especial para anestesiá-la a dor entre as pernas e em todo o corpo. Ela bebe alguns goles, mas não gosta de como se sente depois. Zonza, atordoada e um pouco ausente.

Sente dificuldade de se manter acordada. Depois fica sabendo que se trata de chá de ópio. [...] Hinata bebe o chá de ópio constantemente, ao longo do dia e da noite. É assim que consegue lidar com as exigências dos soldados. É assim que sobrevive (Bracht, 2020, p. 118).

Devido à exposição dessas mulheres a drogas alucinógenas e às constantes violências, ao fim da Segunda Guerra, quando as mulheres presas nos bordéis foram libertadas, muitas delas sofreram para se reintegrar à sociedade, principalmente devido à cultura patriarcal presente que as julgava pelas condições a que foram subordinadas. É que os coreanos, “influenciados pelos ideais do confucionismo, interpretaram a questão das ‘mulheres de conforto’ como um caso de humilhação das vítimas, não como um crime cometido por parte do Japão, de modo que essas mulheres foram criticadas por ‘não protegerem sua virgindade’” (Parrilha, 2022, p. 97). A culpabilização atribuída a essas mulheres reflete uma forma de violência social, mais uma que foram obrigadas a suportar, obrigando-as a viver na marginalização e isolamento social, sendo rejeitadas por suas comunidades e até mesmo por suas próprias famílias, contribuindo para a opressão dessas mulheres e obrigando-as a se manterem em silêncio.

Assim, ao serem libertadas, as mulheres retornaram a uma sociedade que as julgava por sua condição, obrigando-as a viver em meio à vergonha, à culpa e ao silêncio. Além do estigma social a que foram subjugadas, outras consequências da escravidão sexual foram as sequelas físicas, já que muitas mulheres passaram a viver com dores crônicas devido à constante violência; danos reprodutivos, principalmente pelas infecções sexualmente transmissíveis adquiridas, tornando-as esteréis; problemas psicológicos, muitas desenvolveram crises de pânico, estresse, ansiedade e depressão, dentre outras. E para além disso, por se tratar de uma sociedade patriarcal baseada fortemente nas ideologias confucionistas – que pressupõe a submissão e virtude femininas, bem como um forte controle de sua sexualidade –, muitas dessas mulheres temiam denunciar as atrocidades que viveram durante o período colonial por medo do ostracismo, mesmo se tratando de um caso de violência sexual, já que elas não “foram capazes de preservar sua virgindade”, como citado no parágrafo acima.

A partir do romance, em paralelo com os fatos históricos, é perceptível o sofrimento que essas mulheres tiveram tanto no período da colonização quanto após sua libertação e a libertação do país, não tendo sua história reconhecida nem

obtendo qualquer forma de compensação – visto que até os dias atuais ainda há embates e discussões para que o Japão reconheça o caso das “mulheres de conforto” e lhes ofereça algum tipo de reparação pela atrocidade imposta a tantas mulheres –, obrigando-as a viver no esquecimento e a mercê da própria sorte. Outrossim, percebe-se a condição de objetificação a que as mulheres foram submetidas: utilizando a violência contra mulheres (majoritariamente) coreanas, o Japão tentou obter vantagens tanto táticas quanto territoriais, pois a violência imposta serviu para submeter todo um povo ao seu domínio, garantindo um lugar de subordinação, transformando essas mulheres em ferramentas que contribuíram com um sistema que as degradava em prol de servir aos objetivos nacionalistas do Imperador.

É importante registrar que, do meio para o fim do romance, o soldado responsável pelo sequestro de Hana, obcecado pela personagem e desejando possuí-la somente para si, sugere que ambos fujam para a Mongólia para viverem juntos. Hana, por outro lado, encara essa situação como uma oportunidade de voltar para sua casa, então foge sozinha. Mas o soldado a encontra e a arrasta de volta para o destino de origem.

“Pensou que eu não te encontraria? Eu conheço esse território como a palma da minha mão. Você nunca poderia se esconder de mim.” [...] Morimoto envolve o pescoço dela com as mãos; o dedão pressiona a garganta. [...] A outra mão também trava sua garganta e começa a pressioná-la. “Eu vou te matar”, ele sussurra em seu ouvido. “Eu vou. Se você me fizer de bobo outra vez.” Ele não a solta. Em vez disso, aperta com ainda mais força até não haver mais nenhum resto de ar em seus pulmões (Bracht, 2020, p. 173).

O trecho acima revela o desejo de posse do corpo feminino reforçado pelas ideologias patriarcais, provedoras de uma estrutura de supervalorização da dominação masculina. Conseqüentemente, o corpo feminino é frequentemente objetificado e reduzido a um símbolo de status ou conquista. Essa prática leva a um processo de desumanização das mulheres e legitima processos de violência e exploração.

Nos momentos finais do romance, o soldado Morimoto morre e Hana passa a viver na Mongólia com uma família aldeã, que a encontra e a acolhe. Na seção “Notas da autora” do romance *Herdeiras do Mar* (2020), Bracht relata que “não podia deixar Hana morta pelas mãos de um soldado na lama da Mongólia; embora

as chances de as verdadeiras Hanas alcançarem a liberdade sejam mínimas” (p. 295). Dessa forma, preferiu criar um final menos trágico para a personagem, demonstrando que a literatura pode revelar possíveis/diferentes desfechos para fatos históricos conhecidos. A autora acrescenta que “meu final é o que eu desejo que pudesse ter acontecido com Hana e com outras como ela” (p. 295). Por fim, faz uma reflexão importante que citamos a seguir:

a guerra é terrível, brutal e injusta e, quando termina, é necessário que haja pedidos de perdão, reparações, e que a experiência dos sobreviventes seja lembrada. [...] Livros de história, canções, romances, peças de teatro, filmes e monumentos são essenciais para nos ajudar a nunca esquecer, enquanto também nos ajudam a prosseguir em paz (Bracht, 2020, p. 296-297).

3. AS “MULHERES DE CONFORTO” E A DECOLONIALIDADE

A partir do exposto, podemos perceber que o gênero, a classe e a etnia estão intrinsecamente ligados ao caso das “mulheres de conforto” em *Herdeiras do Mar* (2020), pois esses ditavam diretamente a ordem e o funcionamento do sistema implantado. O gênero (mulheres cisgênero) servindo de arma estratégica para manter a guerra e o sistema colonial japonês; a classe, que influenciava diretamente na obtenção dessas mulheres, já que eram provenientes de famílias pobres que não possuíam terras nem dinheiro ou que haviam perdido tudo o que tinham ao longo da guerra; por último, a etnia, pois, para o Japão, a população coreana era formada por bárbaros, pessoas não civilizadas, uma raça inferior, logo, que não mereciam qualquer tipo de compaixão.

Para Aníbal Quijano, sociólogo que teorizou a colonialidade do poder, esse fenômeno seria um processo de racialização integral à colonização, ou seja, a raça é uma ferramenta fundamental para legitimar superioridade perante um povo, em que os conquistadores japoneses “se proclamaram senhores do mundo, soberanos ‘naturais’ de todos os povos ‘inferiores’ (Quijano *apud* Mendonza; dos Santos, 2021, p. 276). Dessa forma, a ideia de raça se mostra um artifício útil para diferenciar os colonizadores dos colonizados, já que “uma vez marcados como inferiores, povos conquistados e escravizados foram submetidos não só a éditos emitidos pela monarquia católica da Espanha, mas também a missões civilizatórias, esforços de ‘salvação’ e brutal exploração sexual e laboral” (Mendonza; dos Santos, 2021, p. 277).

Apesar de focados sobretudo na América Latina, através dos estudos decoloniais é possível estabelecer um paralelo com a colonização japonesa na península coreana, visto que, como citado anteriormente, a raça aliada ao gênero eram fatores centrais para a exploração – os japoneses seriam considerados como seres superiores, enquanto os coreanos seriam inferiores, de forma que todas as políticas implantadas tinham como objetivo promover o apagamento da identidade do povo coreano reforçando um ideal de um “povo superior”. Assim, evidencia-se que a colonização é uma forma de se apropriar e explorar os meios materiais e econômicos da colônia, além de invisibilizar aspectos que intrínsecos da origem e dos costumes dos povos colonizados, como a cultura, a fala/linguagem, roupas e rituais. Paralelamente ao acontecido na Coreia, para Azenha (2017), através do controle das terras e da economia coreana, a ocupação japonesa também incluiu políticas que objetivavam “desafiar a identidade de uma sociedade” (p. 21), fazendo com que a Coreia se tornasse o primeiro passo para o domínio e assimilação da região asiática, promovendo um apagamento da cultura originária por meio da adoção de nomes japoneses, visitas aos templos xintoístas e proibição de manifestações culturais tradicionais coreanas como forma de demonstrar lealdade ao imperador. Portanto, “a implementação das políticas de assimilação e controle econômico eram duas componentes importantes no projeto de segurança e expansão geoestratégica militar” (p. 21).

Através do processo de assimilação imposto à Coreia, o Japão buscou construir uma narrativa que justificasse o processo colonial: “com a ajuda do Japão, o povo coreano poderia superar séculos de mau governo, superar seu nível inferior de civilização e se tornar legítimo cidadão do Império japonês” (Parrilha, 2022, p. 67), reforçando a ideologia de um povo superior e justificando o processo de colonização e as inúmeras violências impostas aos colonizados. Isto posto, ao passo que o Japão se envolvia em conflitos armados durante o período da Segunda Guerra Mundial, as políticas de assimilação começaram a ser mais severas, fazendo com que, por exemplo, os coreanos fossem obrigados a se alistar para o exército japonês, e que muitos trabalhadores fossem enviados a campos de trabalhos forçados como mão de obra barata, por consequência, a exploração da mão de obra e dos recursos coreanos serviram para que o Japão obtivesse riqueza e movesse recursos para a guerra, além de contribuir com a expansão de influência pelo continente asiático, legitimando, assim, a subordinação da Coreia.

A autora María Lugones (2007; 2014) complementa essa teoria, unindo a interseccionalidade e a colonialidade do poder para desenvolver uma concepção de colonialidade de gênero. Ao desenvolver uma teoria sobre colonialidade de gênero, Lugones propõe uma relação interseccional entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, refletindo “no cotidiano de sociedades colonizadas em sistemas complexos de opressão e nas práticas de resistência às relações de poder” (Carvalho, 2023, p. 2). Para Lugones, a separação dessas categorias em grupos individuais distintos contribui para a invisibilização e subalternização de mulheres de cor e outros grupos marginalizados no processo de colonização. A teoria se confirma ao analisarmos o caso das “mulheres de conforto”, visto que o gênero, a classe e a etnia influenciaram diretamente em sua ocorrência. Através dos mecanismos de dominação utilizados pelo império japonês – processos de aculturação, exploração de mão de obra, escravidão sexual de mulheres – a população coreana foi objetificada e desumanizada, ou, nas palavras de Lugones (2014, p. 282), na visão do colonizador, “o colonizado servia para procriação, trabalho bruto, exploração e/ou massacre”. No caso das “mulheres de conforto”, é evidente a utilização dessas mulheres de forma exploratória, visto que elas foram forçadas a se submeterem à escravidão sexual. Dessa forma, a política implantada pelo Estado japonês revela o paradoxo de que o progresso e desenvolvimento nacional, considerados motivos de orgulho, eram construídos a partir da degradação, humilhação e subalternidade dos corpos das mulheres colonizadas.

A pesquisadora também apontou que o gênero foi uma característica crucial para a organização social, da mesma forma que a raça, pois ela ditava o funcionamento e as hierarquias da sociedade colonial. Ao explorar e desumanizar as mulheres das colônias, especialmente a Coreia, o Japão consolidava seu domínio sobre os territórios conquistados, utilizando o controle sobre o corpo feminino como mais uma forma de poder. Assim sendo, no processo de colonização, o gênero foi uma categoria poderosa para “destruir as relações dos colonizados através da separação entre homens e mulheres e da criação de antagonismos entre eles” (p. 280). Em vista disso, através da segregação de gênero, mulheres coreanas puderam ser submetidas à exploração sexual, ocasionando uma destruição da identidade e favorecendo a marginalização das vítimas.

Lugones desenvolve ainda mais sua teoria afirmando que as relações coloniais baseiam-se em dicotomias que diferenciam humanos e não humanos (inferiores e superiores; irracionais e racionais; primitivos e civilizados).

[...] Uma distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os colonizados. [...] Ela veio acompanhada de outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres (Lugones, 2014, p. 936).

Dessa forma, aqueles que foram colonizados eram considerados como “espécies não humanas” (Lugones, 2014, p. 936). A dicotomia sobre o que viria ser considerado humano e não humano seria utilizada como uma justificativa para a exploração laboral do homem colonizado e para a escravidão sexual da mulher colonizada. Para além disso, é importante mencionar que, após a formalização do “sistema de conforto”, as mulheres japonesas deixaram de ser recrutadas para acompanhar os soldados do exército, em lugar disso foi dada às mulheres japonesas “a tarefa de se casarem jovens e de gerarem muitos filhos para cumprir a ‘missão nacional da maternidade’” (Okamoto, 20133, p. 94). Assim, é possível enxergar a dicotomia mencionada por Lugones pois, enquanto as mulheres japonesas carregavam a missão reprodutora de gerar filhos à nação, as mulheres coreanas, por serem consideradas de uma raça inferior, eram mais adequadas para a exploração sexual. Essa divisão evidencia a lógica da colonialidade de gênero proposta por Lugones, em que as relações de poder entre a raça e o gênero são utilizadas para justificar a opressão e subjugação. Dessa forma, é possível refletir sobre como a maternidade, também, fora utilizada como um instrumento de desenvolvimento do Império; ao carregar a missão reprodutiva, as mulheres japonesas tinham papel na perpetuação da identidade nacional e na “pureza racial”, sendo consideradas símbolos de fertilidade e pureza.

Portanto, podemos concluir que a implantação do “Sistema de Conforto” se configurou como uma prática que normaliza a conduta de suas forças militares, servindo como uma estratégia de guerra para o Japão, que utilizou a violência sexual como um meio para conseguir vantagem, servindo ao propósito de dominação. Em outras palavras, “a violência sexual tem implicações graves sobre todo o grupo, forçando o deslocamento, dividindo famílias e obrigando mulheres a

abandonar as crianças que são frutos da violência que sofreram” (Parrilha, 2020, p. 19-20). Além disso, para Lugones (2014, p. 281), através da violência sexual e exploração, os colonizadores utilizaram o gênero como ferramenta para quebrar a vontade de homens e mulheres, impondo novas hierarquias e obrigando a negociação de corpos femininos para a sobrevivência – na realidade sul coreana, por meio da violência e da exploração sexual os colonizadores japoneses subjugarão o povo coreano “em uma tentativa de fazer com que a população coreana se ‘rompesse’ diante da violência sexual que as mulheres sofreram” (Parrilha, 2020, p. 94). Logo, a utilização das “mulheres de conforto” pelo exército japonês serviu como parte de uma estratégia de dominação colonial que visava satisfazer os desejos sexuais dos soldados, mas, para além disso, também serviu para reprimir qualquer forma de resistência ou ação rebelde, garantindo o lugar de subalternidade do povo coreano. Através das violências sexuais, físicas e psicológicas, o Japão pode subjugar a população coreana e sufocar sua identidade nacional, obtendo controle social e político e garantindo a manutenção hierárquica entre os dois países.

4. A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM EM SALA DE AULA

Pensando no papel que a literatura cumpre em registrar e expressar múltiplos aspectos do complexo, testemunhando a realidade, apontando a historicidade das experiências e construção de uma sociedade (Borges, 2010), consideramos válida a possibilidade de abordagem do romance *Herdeiras do Mar* (2020) em aulas de literatura da Educação Básica (ensino médio) por meio dos recortes analisados anteriormente, para discutir questões que permeiam o social e que estão presentes na sociedade brasileira direta ou indiretamente.

O Brasil atualmente é um dos países com os mais altos índices de exploração sexual contra crianças e adolescentes. As causas são diversas: desde questões financeiras, em que famílias recorrem à exploração sexual de suas crianças e adolescentes como uma forma de obter o sustento do lar, até questões culturais, que envolvem relações entre o gênero, objetificação feminina, erotização do corpo infantil, etc. Além disso, de acordo com dados levantados pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 75% das vítimas dessa violência são meninas e, em sua maioria, negras. Tais dados revelam uma situação de aproximação com o caso das “mulheres de conforto” já que, semelhantemente,

muitas mulheres também acabavam nessa situação ao buscar melhores condições de vida, ou também por advir de questões culturais que consideravam mulheres como inferiores aos homens, que deviam ocupar o lugar de submissão, além de grande parcela dessas vítimas serem mulheres coreanas. Dessa forma, podemos concluir que a exploração sexual envolve outros aspectos como exploração econômica, violência física, psicológica, social e moral, dentre outras.

A partir disso, consideramos que debater tais questões (a exploração sexual atrelada às questões de gênero, classe e etnia) a partir do romance de Mary Lynn Bracht é uma forma de trazer à luz uma violência que é considerada tabu ainda nos dias atuais, tanto no próprio Brasil quanto na sociedade coreana, já que atualmente ainda há embates relacionados ao reconhecimento dessas vítimas e não houve nenhum pedido de desculpas ou qualquer tipo de indenização satisfatória. As relações de gênero nesses dois países são pautadas numa herança do sistema patriarcal, uma cultura machista e sexista que atravessa a sociedade historicamente e reafirma o posicionamento de dominação masculina e a submissão feminina.

Integrada à categoria de gênero, principalmente no Brasil, as categorias de etnia e classe social também representam categorias basilares na formação da sociedade brasileira, favorecendo a dominação de determinados grupos sobre outros. Sabemos que os casos de exploração sexual na atual realidade brasileira ou no período colonial coreano podem ter diferentes contextos históricos e formas de manifestação, mas ainda ocorrem, independentemente do período. A exploração sexual abarca aspectos de gênero, classe e etnia, fazendo muitas vítimas. Portanto, é importante pensar no papel da escola como um espaço de diálogo, de conhecimento e descobertas. Por ser um ambiente privilegiado de socialização e aprendizagem, a escola é capaz de incentivar a reflexão crítica, assumindo a responsabilidade de desenvolver ações educativas que vão além do currículo formal, promovendo valores de cidadania, igualdade e respeito pelos direitos humanos.

Além disso, a educação é um direito indispensável ao homem, que possibilita a autonomia dos sujeitos marginalizados através da conscientização das condições de exclusão social e das formas de violência existentes: o ambiente educacional é um espaço aberto para promover diálogos construtivos. Portanto, a escola funciona como um agente de conscientização, que contribui para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e atua como ferramenta de emancipação,

permitindo que sujeitos marginalizados adquiram autonomia para romper ciclos de violência e opressão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas, é possível inferir que as categorias de gênero, classe e etnia estudadas por Quijano e Lugones estão ligadas ao caso das “mulheres de conforto” em *Herdeiras do Mar* (2020). Por meio de um sistema que explorava corpos femininos colonizados, descobrimos que pode-se obter vantagens e reafirmar a condição de subalternidade de uma população inteira. Logo, a questão do gênero foi utilizada como ferramenta para sustentar a atuação dos combatentes, a da classe como requisito para obter as vítimas e a da etnia como régua que decidia quem estava destinada a esse terrível destino.

A ficção em paralelo com a história real demonstrou como as mulheres coreanas foram utilizadas como instrumentos para “garantir saúde e integralidade” do exército japonês e também como foram usadas como meio para impedir que esse mesmo exército cometesse violências contra outras mulheres das regiões subjugadas pelo Japão, sabendo que tais horrores são injustificados. As mulheres obtidas pelo rapto, coerção ou falsas promessas de emprego integravam um setor estratégico para a manutenção da dominação japonesa, permitindo que as forças armadas pudessem garantir um bom desempenho nos combates da guerra e legitimar a dominação japonesa perante à sociedade coreana.

Dessa forma, por meio dos mecanismos de dominação de gênero, principalmente, as mulheres coreanas foram exploradas e escravizadas sexualmente, tendo seus corpos desumanizados e objetificados por serem consideradas mulheres da colônia, servindo unicamente para procriação, trabalho bruto e exploração. O gênero, aliado à classe e à etnia, funcionava como uma ferramenta rompedora de identidade, o que favorecia a marginalização das vítimas e justificava ainda mais a dicotomia entre humanos e não humanos, já que apenas os civilizados (colonizadores) seriam considerados humanos, justificando a colonização e exploração dos colonizados, logo, justificando a escravidão sexual à qual as “mulheres de conforto” foram submetidas.

Também pode-se refletir sobre a violência que essas mulheres sofreram mesmo após o fim do período colonial e que vivem até hoje, já que a grande maioria foi recebida por uma sociedade que as culpavam pela condição imposta a elas.

Graças à cultura patriarcal e aos ideais neo-confucionistas, a sociedade coreana considerou o ocorrido como um caso de humilhação das vítimas, ligando-o à honra do estado coreano que não poderia ser manchada. Como consequência, as vítimas decidiram pelo silêncio já que estavam rodeadas por uma sociedade que as julgava. Ao invés de serem acolhidas como vítimas de um sistema brutal de exploração, elas foram culpabilizadas pelos abusos sofridos e condenadas à marginalização.

Com isso, consideramos e sugerimos a possibilidade de utilização do romance *Herdeiras do Mar* (2020) como um meio para discutir questões que estão presentes na sociedade brasileira através das aulas de literatura no ensino médio. O Brasil ainda é um país que tem suas bases em uma ideologia patriarcal, machista e sexista e que reafirma constantemente posições de dominação e subalternidade. Além disso, as categorias de classe e etnia também contribuem no funcionamento da sociedade brasileira, ditando lugares de submissão de determinados grupos perante outros. Logo, independente do continente, a exploração sexual e a cultura patriarcal são pontos que estão presentes em ambas as sociedades, favorecendo uma discussão de como essas categorias se manifestam em diferentes sociedades em diferentes períodos históricos.

Por fim, a literatura e o ambiente escolar desempenham papéis essenciais na formação de indivíduos conscientes e críticos, servindo como espaços fundamentais para discussões sobre temas históricos, culturais e sociais. A literatura, por meio do testemunho da realidade e da sua capacidade em representar experiências humanas, é um veículo central na representação e construção da memória e da identidade, possibilitando a rememoração, a reflexão e a conscientização, resgatando experiências e traumas. O espaço escolar, por ser um ambiente plural que abarca diferentes vivências e experiências, é capaz de propor um diálogo sobre essas mesmas experiências, apresentar conhecimentos e descobertas e proporcionar o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o mundo, mostrando diferentes fatos históricos e diferentes culturas.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Tatiana. **Para além do silêncio:** o sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das Mulheres de Conforto na Coreia do Sul: 1905-2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2018.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de teoria da história**, n. 1, v. 3, p. 94-109, 2010.

BRACHT, Mary Lynn. **White Chrysanthemum**. Nova Iorque: G.P. Putnam's Sons, 2018.

BRACHT, Mary Lynn. **Herdeiras do Mar**. 1. ed. Tradução Julia de Souza. São Paulo: Paralela, 2020.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

DE ALMEIDA, Jane Soares. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos-Periódicos**. Campo Grande, n. 31, p. 165-181, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 4, v. 25, p. 935-952, 2014.

MENDOZA, Breny; DOS SANTOS, Alécia Milena Gusso. Colonialidade de gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. **Revista X**, Paraná, n. 1, v. 16, p. 259-289, 2021.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das 'Mulheres de Conforto' da Coreia**. Dissertação de Mestrado — Universidade de Lisboa. Lisboa, 2018.

NETTO, David Antonio de Castro; FARIAS, Eduardo de Moraes. Uma história de dor: a triste realidade das mulheres de conforto do Exército japonês na obra Grama. **Eikon**, Paraná, n. 11, p. 19-29, dez. 2022.

NOGUEIRA, Juliana Keller *et al.* Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Fazendo gênero**. Florianópolis, v. 8, p. 1-7, 2008.

OKAMOTO, Julia Yuri. As mulheres de conforto da Guerra do Pacífico. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], n. 1, v. 1, p. 91-108, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ricri/article/view/17698>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PARRILHA, Ariel da Silva. **As “mulheres de conforto” coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise**. Dissertação de Mestrado — Universidade Estadual Paulista. Marília, 2022.

PRATES, Angela Maria Moura Costa; LOPES, Dienifer Aparecida. O enlace entre gênero, etnia e classe social. **Gênero**. Niterói, n. 2, v. 20, p. 275-299, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e história: os discursos da memória. **Fragmentos**: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, n. 2, v. 21, p. 105-119, 2010.

UNICEF (BRASIL). **Combate ao abuso e à exploração sexual infantil: o que nós podemos fazer para combater?** 2023.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico este trabalho aos meus pais e os agradeço pelo apoio contínuo que me deram em toda a minha vida, principalmente no momento que entrei na Universidade, e por sempre terem acreditado em mim. Sem o amor, incentivo e suporte deles, nada disto seria possível.

Em segundo lugar, agradeço aos meus amigos que estão presentes e que contribuíram com a consolidação deste trabalho. Obrigada por toda a compreensão em meus momentos de insegurança e incerteza e por estarem sempre prontos para me apoiar, independentemente do momento.

Agradeço à professora Fernanda Galli pelo incentivo em pesquisar sobre as “mulheres de conforto” desde a disciplina de TCC 1, e ao professor Yuri Caribé por ter aceitado orientar esta pesquisa e a mim, mesmo sem me conhecer.

Agradeço a Maria Gabriela por toda ajuda que me deu com o trabalho, seja indicando materiais de pesquisa, seja dando conselhos sobre a elaboração. Obrigada por toda atenção e todo acolhimento que sempre me deu.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido em momento algum, seja no início ou no final. Apesar de todas as dificuldades, inseguranças e incertezas, olhar a jornada que trilhei até aqui me faz perceber o quanto cresci e amadureci acadêmica, pessoal e profissionalmente e me dá a certeza de que cada esforço foi válido.